

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

## COMPROVAÇÃO DE IDENTIDADE



<p><b>Documento 1</b></p> <p><i>* Necessário apresentar somente um dos documentos aqui listados</i></p> <p>I. Documentos vencidos serão aceitos (exceto para item "g")</p> <p>II. Somente serão aceitos documentos com foto</p> <p>III. Cópias autenticadas em cartório serão aceitas, desde que autenticadas entre 01.01.2014 e a presente data.</p> <p>IV. Documento tem que estar legível após a digitalização.</p> <p>V. Menores de 18 anos e maiores de 16 anos devem estar presentes pessoalmente e assinar o termo de acordo.</p>	<p><b>a) CARTEIRA DE IDENTIDADE</b></p> <p><b>b) CARTEIRA DETRABALHO</b></p> <p><b>c) CARTEIRA PROFISSIONAL</b></p> <p><b>d) PASSAPORTE</b> – somente de brasileiros.</p> <p><b>e) CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL</b></p> <p><b>f) CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO</b></p> <p><b>g) REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIROS (RNE/CIE)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Para o caso de estrangeiros morando na cidade impactada à época do evento.</li> <li>Serão aceitos RNEs provisórios, desde que em vigor, ou permanentes.</li> </ol> <p><b>h) CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Para o caso de menores de idade representados e/ou assistidos.</li> <li>Apenas nascidos até 30.11.2015 são aptos ao PIM</li> </ol> <p><b>i) CERTIFICADO E DISPENSA DE RESERVISTA</b></p>
<p><b>Documento 2</b></p> <p><i>* Necessário apenas caso não conste o número do CPF no documento 1</i></p>	<p><b>a) CPF</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Não é necessário estar ativo. CPFs suspensos também serão aceitos.</li> <li>Também será aceita a Tela da Consulta do número do CPF (regularidade do CPF), obtida do site da Receita Federal.</li> </ol>
<p><b>Documento 3</b></p> <p><i>* Necessário apenas quando o beneficiário é representado por advogado cadastrado no PIM</i></p>	<p><b>a) IDENTIDADE PROFISISONAL DA OAB</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Identidade válida na data atual.</li> <li>Obs. O estagiário de direito não possui a prerrogativa de representar um Beneficiário perante à Fundação Renova. Deve-se atentar se há a letra "E" ao lado do número de inscrição da OAB, que identifica a inscrição de estagiário.</li> </ol> <p><b>b) PROCURAÇÃO SIMPLES</b> (Art. 654 – Código Civil)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Procuração do beneficiário concedendo poder ao advogado para atuar em seu nome.</li> <li>Documento válido apenas para agendamento e apresentação de documentos. <u>NÃO</u> é válido para aceite de propostas, assinatura de termos e retirada de cartão. A retirada de cartões e assinatura dos termos de quitação deve ser presencial pelo beneficiário.</li> </ol> <p><b>c) CONTRATO DE HONORÁRIOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Contrato de Honorários firmado entre advogado e beneficiário(s). Deverá conter a qualificação completa do beneficiário (nome, RG, CPF, endereço completo), os honorários contratados e estar assinado pelo advogado e beneficiário(s).</li> </ol>

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p align="center"><b>Documento 4</b></p> <p><i>*caso o beneficiário seja impossibilitado de comparecer ao posto de atendimento.</i></p> <p><i>** Necessário apresentar documento de identidade do procurador</i></p>	<p><b>a) PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Procuração do beneficiário concedendo poder à outra pessoa física para atuar em seu nome (poderes amplos e gerais <u>ou</u> poderes específicos para atuar junto à Fundação Renova). Documento válido apenas para agendamento e apresentação de documentos. <u>NÃO</u> é válido para aceite de propostas, assinatura de termos e retirada de cartão. A retirada de cartões e assinatura dos termos de quitação deve ser presencial pelo beneficiário.</i></li> <li>2. <i>Os beneficiários que não conseguem assinar deverão apresentar uma "procuração a rogo", obrigatoriamente por escritura pública (isto é, emitida em cartório). Deverá ser coletada a digital do beneficiário e a assinatura do procurador.</i></li> </ol> <p><b>b) PROCURAÇÃO SIMPLES</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Procuração do beneficiário concedendo poder a outra pessoa física para atuar em seu nome (poderes amplos e gerais <u>ou</u> poderes específicos para atuar junto à Fundação Renova). Documento válido apenas para agendamento e apresentação de documentos. <u>NÃO</u> é válido para aceite de propostas, assinatura de termos e retirada de cartão. A retirada de cartões e assinatura dos termos de quitação deve ser presencial pelo beneficiário.</i></li> <li>2. <i>Em caso de beneficiários presos em regime fechado, semiaberto ou prisão domiciliar, poderá ser aceita procuração simples, com firma reconhecida, sendo outorgado poderes específicos para o procurador atuar junto ao PIM. Deverá ser apresentado também o comprovante de prisão.</i></li> <li>3. <i>Pessoa impossibilitada de se locomover, com laudo médico atestando tal fato, poderá outorgar procuração para um terceiro representa-la no momento do agendamento e apresentação de documentos, e requerendo a visita de assistente social a sua residência para a coleta de assinaturas e entrega de cartão magnético. Caso a pessoa seja analfabeta ou não consiga assinar, deverá ser outorgada uma procuração por instrumento público necessariamente.</i></li> </ol>
<p align="center"><b>Documento 5</b></p> <p><i>*caso seja a pessoa que tenha a guarda, tutela ou curatela sobre o beneficiário</i></p>	<p><b>a) TERMO DE GUARDA (menores com pais separados) / TUTELA (menores com pais ausentes/falecidos) / CURATELA (maiores de 18 anos sem capacidade civil)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Termo de <u>curatela</u> definitivo ou provisório. Termo de Curatela Provisória emitido há mais de seis meses deve ser revalidado junto à secretaria da vara judicial onde está o processo. Este documento é aceito para agendamento, R2 e R4</i></li> <li>2. <i>Apresentar cópia da decisão judicial que deferiu a <u>guarda</u> ou <u>tutela</u>, a qual deverá ser carimbada e assinada pela secretaria da vara judicial onde está o processo.</i></li> <li>3. <i>Certidão de Nascimento ou registro civil do beneficiário (desde que esteja descrita a curatela).</i></li> </ol>

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

## COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA



### Documento 6

*Documento Primário*

*Obrigatório apresentar um dos três em qualquer atendimento (original)*

- I. Em nome do proprietário do imóvel, sendo necessário que haja consumo na data de referência, de modo a provar a ocupação do imóvel.
- II. Válido somente contas em nome de pessoas físicas.
- III. Exceções para cidades/distritos da fase 2 em Gov. Valadares, as quais terão suas próprias instruções em separado.

#### **a) CONTA DE ÁGUA**

1. Mês de referência (não considerar data de vencimento) ou início da relação (para casos extraídos de comprovante emitido pela Fundação) entre out e dez/2015. Tem que ser original e, se não for, tem que ser assinada e carimbada pelo SAAE (MG) e/ou SANEAR (ES).
2. Exceção as emitidas na frente do supervisor do escritório de atendimento, direto do site da operadora, inserindo o print na lista de documentos e informando na ata, bem como conter a assinatura do supervisor nesta ata.
3. EXCLUSIVAMENTE para o ES: o beneficiário poderá obter a 2ª via na SANEAR, sem carimbo e assinatura, devendo o atendente, quando do atendimento, complementar o documento com um print do site da empresa ou apresentar a 2ª via do documento sem carimbo e assinatura acompanhada de uma conta original com data posterior.
  - 3.1 Obs: em casos de divergência de endereço, deverá a explicação constar em ata e conter assinatura do supervisor.
  - 3.2 Serão aceitas contas emitidas diretamente por atendente da Fundação Renova, no momento do atendimento, junto ao site da SANEAR, fato este que deverá ser registrado em ata.

#### **b) CONTA DE ENERGIA**

1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).
2. Mês de referência até dez/2016, desde que o histórico de consumo indique a utilização de energia nos meses de out, nov ou dez/2015.
3. Podendo ser uma cópia da época, com comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado), sendo a conta emitida pela Fundação no momento do atendimento, acrescida de original posterior (2016 ou 2017). Específico de CEMIG – MG.
4. Conta de Colatina - Espírito Santo, somente original de 2015 (Santa Maria e Escelsa-operadoras de energia) ou 2ª via da época acompanhada de uma conta com data posterior (Não será aceito o extrato da conta).
  - 4.1. Para os casos de contas em débito automático, serão aceitos como documentos primários e secundários a segunda via de 2015 e conta com data posterior emitida pelo próprio atendente no momento da reunião.
  - 4.2. Obs: em casos de divergência de endereço, deverá a explicação constar em ata e conter assinatura do supervisor.
  - 4.3. Serão aceitas contas emitidas diretamente por atendente da Fundação Renova, no momento do atendimento, junto ao site da Santa Maria, fato este que deverá ser registrado em ata.

#### **c) CONTA DE TELEFONIA FIXA**

1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).
2. Será aceita cópia da época (entre out e dez/2015), com comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado), acrescida da conta original posterior.

#### **d) REGISTRO NO CADASTRO EMERGENCIAL DA SAMARCO (Documento Golder)**

O endereço do impactado no Cadastro Emergencial terá validade na comprovação de documentação primária (comprovante de residência), sendo cruzado com documentação(ões) complementar(es), **mediante aprovação do Supervisor do escritório** esta informação deve constar em ata.

**Matriz de Comprovação**  
**Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p><b>Documento 7</b></p> <p><i>Documento Secundário</i></p> <p><i>Apresentar caso o beneficiário não seja proprietário do imóvel e o Documento 6 não esteja em seu nome.</i></p> <p><i>Não substitui o Documento 6, apenas o complementa.</i></p>	<p><b>a) CONTA DE TELEFONIA MÓVEL PÓS PAGA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Se original, não há necessidade de comprovante de pagamento.</li> <li>3. Podendo ser uma cópia da época (entre out e dez/2015), com comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado), acrescida da conta original posterior.</li> </ol>
	<p><b>b) CONTA DE TELEFONIA PRÉ PAGA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Se original, não há necessidade de comprovante de pagamento.</li> <li>3. Podendo ser uma cópia da época (entre out e dez/2015), com comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado), acrescida da conta original posterior.</li> </ol>
	<p><b>c) CONTA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA / INTERNET</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mês de referência entre out, nov e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Se original, não há necessidade de comprovante de pagamento.</li> <li>3. Se cópia e/ou impressa na internet, necessário acompanhar comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado)e conta posterior.</li> <li>4. Exceção: as emitidas na frente do supervisor do escritório de atendimento, direto do site da operadora. Nessa hipótese, deve-se inserir o print na lista de documentos e reportar o ocorrido em Ata.</li> </ol>
	<p><b>d) COMUNICADO DO INSS, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL OU DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recebido por meio postal (correio), entre o período de OUT a DEZ de 2015, ou através de comprovante de atendimento no INSS ou posto de atendimento do programa social (que contenha endereço do beneficiário), referente ao ano de 2015, com carimbo e assinatura do atendente INSS, datado do ano de 2015.</li> </ol>
	<p><b>e) TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A partir de nov/15, sendo a data de admissão até o dia 30 de novembro de 2015.</li> <li>2. Acompanhado da carteira de trabalho atualizada (anexar cópia da identificação do profissional, juntamente com a página de baixa na carteira).</li> <li>3. Original, assinado e carimbado pelo empregador.</li> </ol> <p><i>Obs. Não necessita de carimbo caso o empregador seja pessoa física.</i></p>

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p><b>Documento 7</b></p> <p><i>Documento Secundário</i></p> <p><i>Apresentar caso o beneficiário não seja proprietário do imóvel e o Documento 6 não esteja em seu nome.</i></p> <p><i>Não substitui o Documento 6, apenas o complementa.</i></p>	<p><b>f) CONTRATO DE TRABALHO / ESTÁGIO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Vigente entre outubro e novembro de 2015, e com dados cadastrais do empregado, em especial o endereço.</li> <li>2. Original do contrato, assinado pelo empregador, ou cópia do livro de registro da empresa contendo os dados cadastrais do empregado, incluindo endereço do empregado. A cópia do livro de registro deve ser carimbada e assinada pelo Empregador. Não necessita de carimbo caso o empregador seja pessoa física.</li> <li>3. Acompanhado da carteira de trabalho atualizada (férias ou reajustes salariais) após dezembro de 2015.</li> <li>4. O extrato do FGTS atualizado pode substituir a ausência de atualização na CTPS, desde que demonstre que o empregador ainda recolhe o FGTS.</li> <li>5. O contrato de estágio deverá estar assinado e registrado na instituição concedente do estágio.</li> <li>6. Em caso de contratos com a administração pública, deverá ser apresentado contracheque de outubro ou novembro de 2015, acompanhado do (i) termo de posse no cargo, com publicação no diário oficial, <u>ou</u> (ii) contrato de trabalho original e assinado. Caso a nomeação ou contrato de trabalho não tragam o endereço do beneficiário, deverá ser apresentada também folha de registro do empregado, a fim de confirmar sua residência.</li> </ol>
	<p><b>g) CONTRATO DE ALUGUEL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em vigor em nov/2015.</li> <li>2. Com firma do proprietário reconhecida em cartório até setembro de 2016 (data início do PIM) <u>OU</u> contrato realizado diretamente com imobiliária, vigente em nov/2015, juntamente com os boletos de cobrança quitados.</li> </ol>
	<p><b>h) DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Emitida em data entre nov/2014 e nov/2015.</li> <li>2. Com firma do proprietário do imóvel reconhecida em cartório até setembro de 2016 (data início do PIM).</li> </ol>
	<p><b>i) CARNÊ DO PLANO DE SAÚDE E FINANCIAMENTO BANCÁRIO DE VEÍCULOS, IMÓVEL, ELETRODOMÉSTICOS e ELETROELETRÔNICOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Data de emissão ou processamento entre out e dez/2015.</li> <li>2. Válido apenas para comprovar residência do nome do titular, não dos agregados.</li> <li>3. Original (com comprovante de pagamento em out, nov ou dez/2015).</li> <li>4. O carnê de plano de saúde com o CPF em nome do responsável maior, poderá ser aceito (obrigatório a apresentação do CPF do responsável).</li> </ol>
	<p><b>j) CARNÊ DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ("MEI")</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se recebido via postal, a data de postagem e/ou confecção deve ser entre os meses de outubro e dezembro de 2015.</li> <li>2. Caso contrário, deve ser observada a data de confecção (data em que o carnê foi emitido). A data de confecção deve ser entre os meses de out e dez de 2015.</li> </ol>

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p align="center"><b>Documento 7</b></p> <p><i>Documento Secundário</i></p> <p><i>Apresentar caso o beneficiário não seja proprietário do imóvel e o Documento 6 não esteja em seu nome.</i></p> <p><i>Não substitui o Documento 6, apenas o complementa.</i></p>	<p><b>k) BOLETO DE ALUGUEL DE IMÓVEL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Data de emissão ou processamento entre out e dez/2015.</li> <li>2. Original (com necessidade de comprovante de pagamento) OU se cópia impressa na internet, necessário acompanhar uma conta posterior com comprovante de pagamento da mesma.</li> </ol>
	<p><b>l) BOLETO DE CONDOMINIO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Data de emissão ou processamento entre out e dez/2015.</li> <li>2. Original (com necessidade de comprovante de pagamento OU se cópia impressa na internet, necessário acompanhar uma conta posterior com comprovante de pagamento da mesma.</li> </ol>
	<p><b>m) NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE REDE VAREJISTA OU CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS ou DANFE</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Somente será aceito se possível a conferência pelo atendente no site indicado no documento, de modo a validar sua autenticidade. Esta conferência deverá ser impressa e anexada à documentação no processo.</li> </ol>
	<p><b>n) FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO / LOJA (EX. CASAS BAHIA, MARISA)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Original (com necessidade de comprovante de pagamento original) OU cópia impressa na internet apresentando comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado).</li> <li>3. Aceita-se boletos bancários, desde que seja apresentando o comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado).</li> </ol>
	<p><b>o) COMUNICADO BANCÁRIO/CONSÓRCIO/BOLETO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tanto para enviados via postal, quanto para obtidos via internet, apenas serão aceitos aqueles documentos com mês de referência entre out e dez/2015 (não considerar data de vencimento ou emissão).</li> <li>2. Documentos enviados por meio postal: apenas originais contendo o endereço e seu mês de referência entre outubro a dezembro de 2015.</li> <li>3. Boletos emitidos pela internet apenas com comprovante de pagamento bancário (segunda via extraída de caixa eletrônico OU emitida pelo banco e carimbado).</li> </ol>
	<p><b>p) COMUNICADO DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO/CITAÇÕES E INTIMAÇÕES JUDICIAIS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enviado por meio postal, contendo o endereço no documento e emitido de outubro a dezembro de 2015.</li> <li>2. Serão aceitos notificações encaminhadas pelos órgãos restritivos de crédito (SPC/Serasa), cartório de protesto e, empresas privadas notificando a existência de débito.</li> <li>3. Citações/Intimações judiciais desde que acompanhadas da certidão do Oficial de Justiça no período compreendido entre Out e Dez/15.</li> </ol>



**Matriz de Comprovação**  
**Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p><b>Documento 7</b></p> <p><i>Documento Secundário</i></p> <p><i>Apresentar caso o beneficiário não seja proprietário do imóvel e o Documento 6 não esteja em seu nome.</i></p> <p><i>Não substitui o Documento 6, apenas o complementa.</i></p>	<p><b>q) EXTRATO DE FGTS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enviado via postal em out, nov e dez/2015.</li> <li>2. Acompanhado da carteira de trabalho atualizada (férias ou reajustes salariais) após dezembro de 2015 ou do contrato de trabalho.</li> </ol>
	<p><b>r) GUIA DE SEGURO DESEMPREGO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Emitida em nov e dez/2015.</li> <li>2. Acompanhada da carteira de trabalho atualizada (férias ou reajustes salariais) após dezembro de 2015 ou do contrato de trabalho.</li> </ol>
	<p><b>s) INFRAÇÃO DE TRÂNSITO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Data da emissão de out a dez/2015.</li> <li>2. Multa ocorrida e/ou encaminhada para endereço na cidade impactada.</li> </ol>
	<p><b>t) COMPROVANTE DE PRISÃO EM REGIME ABERTO, SEMI ABERTO OU FECHADO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pessoa encarcerada em regime fechado, semiaberto ou aberto em novembro de 2015, em cidade impactada.</li> <li>2. No caso de prisão em regime aberto (pena alternativa), apresentar a decisão que concedeu a pena acompanhada dos comprovantes de comparecimento ao Fórum no período compreendido entre Out e Dez/15.</li> </ol>
	<p><b>u) CERTIFICADO DE PROPRIEDADE VEICULO (CRV) / COMUNICADOS DETRAN</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CRV – emitido dentro da data do evento: out a nov/2015.</li> <li>2. Exceto para os casos em que o documento é recebido pela via postal. Nessa hipótese, o beneficiário deve apresentar o envelope encaminhado pelo Detran MG ou ES.</li> </ol>

**Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

<p align="center"><b>Documento 8</b></p> <p><i>* Cônjuges poderão se aproveitar dos documentos primários e secundários do parceiro, desde que comprovada a relação entre ambos</i></p>	<p><b>a) CERTIDÃO DE CASAMENTO</b></p> <p><i>1. Para casos de casamento civil, será aceita averbação no cartório até 5.12.2015</i></p> <p><i>2. Para casos de casamentos religiosos com efeitos de casamento civil antes de 5.12.2015, será aceito o registro em cartório destes até 30/09/2016.</i></p> <p><i>3. Serão aceitas certidões de casamento averbadas até 30.09.2016, desde que contenham declaração de união estável anterior a 05.12.2015.</i></p> <hr/> <p><b>b) DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL</b></p> <p><i>1. Registrada em cartório ou com reconhecimento de firma até 30/09/2016, declarando a união antes de 05/12/2015.</i></p> <p><i>Obs. O contrato particular de convivência também é aceito, desde que observadas as mesmas regras acima transcritas.</i></p>
<p align="center"><b>Documento 9</b></p> <p><i>* Apenas para Jovens que tinham entre 16 e 24 anos em Nov/15</i></p>	<p><b>a) JOVENS QUE TINHAM ENTRE 18 E 24 ANOS EM NOV/15</b></p> <p><i>Jovens que tinham entre 18 e 24 anos em Nov/15, podem manter o vínculo com os documentos primários (e secundários, conforme o caso) dos pais, ou representantes legais, se apresentarem o histórico escolar do ano de 2015 e declaração de presença em instituição de ensino (registrado no MEC ou cursos pré-vestibular), desde que o histórico ou declaração contenha o endereço do jovem, e que este seja o mesmo dos documentos primários (e secundários, conforme o caso) dos pais ou representante legal.</i></p> <p><b>b) JOVENS MAIORES DE 16 ANOS E MENORES DE 18 ANOS EM NOV/15 QUE RESIDIAM COM OS PAIS</b></p> <p><i>Jovens maiores de 16 anos e menores de 18 anos em Nov/15, mas que hoje são maiores de 18 anos, poderão ingressar no PIM sem o auxílio de seus pais, valendo-se, para comprovação de residência, de um documento primário (e secundário, conforme o caso) em nome de seus pais ou representantes legais.</i></p> <p><b>c) JOVENS MAIORES DE 16 ANOS E MENORES DE 18 ANOS EM NOV/15 QUE NÃO RESIDIAM COM OS PAIS</b></p> <p><i>Jovens maiores de 16 anos e menores de 18 anos em Nov/15, mas que hoje são maiores de 18 anos, e que não morassem com os pais (ou representantes legais) em Nov/15, poderão comprovar residência com documento primário do endereço que residiam (ex.: Republica, casa dos avós, etc.), acompanhado, como documento secundário, do histórico escolar do ano de 2015 e declaração de presença em instituição de ensino (registrado no MEC ou cursos pré-vestibular), desde que o histórico ou declaração contenha o endereço do jovem, e que este seja o mesmo da residência do documento primário.</i></p>



Matriz de Comprovação  
Indenização por Desabastecimento de Água Potável

## COMPROVAÇÃO DE VULNERABILIDADE



<b>Documento 10</b>  <i>* Pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade</i>	<b>a) JOVENS MENORES DE 12 ANOS EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015</b> 1. Comprovação por meio de documento de identidade/certidão de nascimento.
	<b>b) PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015</b> 1. Comprovação por meio de documento de identidade/certidão de nascimento.
	<b>c) PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS</b> 1. Laudo Médico, com carimbo do médico e evidenciando a CIDs.
	<b>d) GESTANTES EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015</b> 1. Certidão <u>original</u> de nascimento do filho. 2. Para os nascidos entre 05.11.2015 e 05.07.2016, é dispensável a apresentação do "cartão pré-natal". 3. Para os nascidos entre 06.07.2016 e 05.08.2016, é necessário a apresentação do cartão pré-natal, assegurando que a gestação completou os nove meses.
	<b>e) LACTANTES EM 05 DE NOVEMBRO DE 2015</b> 1. Válido apenas para mães lactantes em novembro de 2015, cujos filhos nasceram entre 05 de maio de 2015 e 05 de novembro 2015. 2. Apresentar certidão de nascimento do filho, acompanhado da carteira de vacinação de modo a comprovar a amamentação em novembro de 2015.

## COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA



### a) **COMPROVANTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)**

**a.1) Contas Originais de Água do SAAE que não indiquem consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** – podem ser aceitas como documentos primários, porém **sempre** acompanhadas por documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**a.2) Segundas Vias das Contas de Água do SAAE** – precisam ser carimbadas e assinadas pelo representante legal do SAAE da região e validadas pela Fundação Renova.

*Obs. Para os casos de Cachoeira Escura e Galiléia, foi providenciada a folha de assinaturas, contendo as assinaturas dos representantes do SAAE que carimbarão e assinarão as segundas vias das contas de água, bem como históricos de consumo, para que a Fundação Renova possa aferir a autenticidade dos documentos apresentados pelos beneficiários dessas localidades.*

Documento Primário

I. Válido somente em nome de pessoas físicas.

**a.2.1)** Segunda via da conta de água carimbada e assinada pelo representante legal do SAAE e autenticada pela Fundação Renova **em nome do beneficiário e com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** - a segunda via pode ser aceita como documento primário, sem a necessidade de apresentação de documento secundário.

**a.2.2)** Segunda via da conta de água carimbada e assinada pelo representante legal do SAAE e autenticada pela Fundação Renova que **não esteja em nome do beneficiário e com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** - a segunda via pode ser aceita como documento primário, desde que acompanhada por um documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**a.2.3)** Segunda via da conta de água carimbada e assinada pelo representante legal do SAAE e autenticada pela Fundação Renova, **que não indique consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** – a segunda via deverá ser **sempre** acompanhada por um documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**a.3) Históricos de Consumo de Água do SAAE** – precisam ser carimbados e assinados pelo representante legal do SAAE da região e autenticados pela Fundação Renova e **sempre** acompanhados por um documento secundário (indicado pela matriz vigente).

Esta lista é exemplificativa e tem como finalidade auxiliar os atendentes e os beneficiários na busca por documentos que possibilitem o ingresso no Programa de Indenização Mediada ("PIM"), Fase 2 do Dano de Água. A fim de aprimorar o programa, o conteúdo relacionado nesta lista é constantemente discutido, motivo pelo qual a Fundação Renova se reserva ao direito de, unilateralmente e sem qualquer aviso prévio, alterar os documentos aqui listados, bem como interpretá-los da forma que entender pertinente.

Indenização por Desabastecimento de Água Potável

	<p><i>Obs. Para os casos de Cachoeira Escura e Galiléia, já foi providenciada a folha de assinaturas, contendo as assinaturas dos representantes do SAAE que carimbarão e assinarão as segundas vias das contas de água, bem como históricos de consumo, para que a Fundação Renova possa aferir a autenticidade dos documentos apresentados pelos beneficiários dessas localidades.</i></p> <p><b>a.4) Históricos de Débitos e de Contas Pagas do SAAE</b> – os históricos de débitos e de contas pagas <b>que indiquem débitos ou pagamentos entre outubro e dezembro de 2015</b> originais ou cópias carimbadas e assinadas pelo representante legal do SAAE, podem ser aceitos, porém <b>sempre</b> acompanhados por documento secundário (indicado pela matriz vigente).</p>
	<p><b>b) COMPROVANTES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)</b></p> <p><b>b.1) Contas Originais de Água da COPASA com mês de referência até dezembro de 2016, cujo histórico de consumo indique a utilização de água entre outubro e dezembro de 2015</b> – podem ser aceitas como documentos primários, desde que estejam em nome do beneficiário. Caso a conta não esteja em nome do beneficiário, deverá ser acompanhada por documento secundário (indicado pela matriz vigente).</p> <p><b>b.2) Contas Originais de Água da COPASA que não indiquem consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015</b> – podem ser aceitas como documentos primários, porém <b>sempre</b> acompanhadas por documento secundário (indicado pela matriz vigente).</p> <p><b>b.3) Segundas Vias e Históricos de Consumo da COPASA</b> – emitidos no site da COPASA pelos atendentes do escritório (com o CPF do titular, por exemplo) e assinados pelo supervisor, informando em ata.</p> <p><b>b.3.1)</b> Segundas vias das contas de água, bem como históricos de consumo, <b>com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015</b>, emitidos no site da COPASA pelos atendentes do escritório (com o CPF do titular, por exemplo) e assinados pelo supervisor, que estejam <b>em nome do beneficiário</b> - podem ser aceitos como documentos primários, sem a necessidade de apresentação de documento secundário.</p> <p><b>b.3.2)</b> Segundas vias das contas de água, bem como os históricos de consumo, <b>com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015</b>, emitidos no site da COPASA pelos atendentes do escritório (com o CPF do titular, por exemplo) e assinados pelo supervisor, que <b>não estejam em nome do beneficiário</b> - podem ser aceitos como documentos primários, devendo ser acompanhados por documento secundário (indicado pela matriz vigente).</p> <p><b>b.3.3)</b> Segundas vias das contas de água, bem como os históricos de consumo, emitidos no site da COPASA pelos atendentes do escritório (com o CPF do titular, por</p>

Esta lista é exemplificativa e tem como finalidade auxiliar os atendentes e os beneficiários na busca por documentos que possibilitem o ingresso no Programa de Indenização Mediada ("PIM"), Fase 2 do Dano de Água. A fim de aprimorar o programa, o conteúdo relacionado nesta lista é constantemente discutido, motivo pelo qual a Fundação Renova se reserva ao direito de, unilateralmente e sem qualquer aviso prévio, alterar os documentos aqui listados, bem como interpretá-los da forma que entender pertinente.

**Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

*exemplo) e assinados pelo supervisor, **que não indiquem consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** – devem ser **sempre** acompanhados por documento secundário (indicado pela matriz vigente).*

**b.4) Históricos de Débitos e de Contas Pagas da COPASA** – os históricos de débitos e de contas pagas **que indiquem débitos ou pagamentos entre outubro e dezembro de 2015** originais ou cópias carimbadas e assinadas pelo representante legal da COPASA ou emitidos pelo supervisor ou atendente no momento do atendimento e assinados pelo supervisor, informando em ata, podem ser aceitos, porém **sempre** acompanhados por documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**c) COMPROVANTES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)**

**c.1) Contas Originais de Energia da CEMIG que não indiquem consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** – podem ser aceitas como documentos primários, porém **sempre** acompanhadas por documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**c.2) Segundas vias das contas de energia, bem como históricos de consumo, emitidos no site da CEMIG** – devem ser emitidos no site da CEMIG pelos atendentes do escritório e assinados pelo supervisor, informando em ata.

**c.2.1)** Segundas vias das contas de energia, bem como os históricos de consumo, **com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015**, emitidos no site da CEMIG pelos atendentes do escritório e assinados pelo supervisor, **que estejam em nome do beneficiário** - podem ser aceitos como documentos primários, sem a necessidade de apresentação de documento secundário.

**c.2.2)** Segundas vias das contas de energia, bem como os históricos de consumo, **com consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015**, emitidos no site da CEMIG pelos atendentes do escritório e assinados pelo supervisor, **que não estejam em nome do beneficiário** - podem ser aceitos como documentos primários, devendo ser acompanhados por um documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**c.2.3)** Segundas vias das contas de energia, bem como os históricos de consumo, emitidos no site da CEMIG pelos atendentes do escritório e assinados pelo supervisor, **que não indiquem consumo na data de referência entre outubro e dezembro de 2015** - deverão ser **sempre** acompanhados por documento secundário (indicado pela matriz vigente).

**c.3) Históricos de Débitos e de Contas Pagas da CEMIG** – os históricos de débitos e de contas pagas **que indiquem débitos ou pagamentos entre outubro e dezembro de 2015** originais ou cópias carimbadas e assinadas pelo representante legal da CEMIG ou emitidos pelo supervisor ou atendente no momento do atendimento e assinados pelo supervisor, informando em ata, podem ser aceitos, porém **sempre** acompanhados por

**Indenização por Desabastecimento de Água Potável**

	<i>documento secundário (indicado pela matriz vigente).</i>
	<p><b>d) INCONFORMIDADES DE RUAS E BAIROS</b></p> <p><i>Solicitar a lista de ruas e bairros respectivos à Prefeitura do Município, para verificar se correspondem àqueles existentes na localidade abrangida pelo PIM DA Fase 2, anexar a lista de ruas e bairros ao PDA e informar em ata.</i></p>
	<p><b>e) INCONFORMIDADES DE CEP</b></p> <p><i>Solicitar o CEP da cidade/distrito abrangido pelo PIM DA Fase 2 à Prefeitura ou pesquisar o CEP no site dos Correios, para verificar se o CEP compreende a área abrangida pelo PIM DA Fase 2, anexar o documento fornecido pela Prefeitura ou o print da tela do site dos Correios ao PDA e informar em ata.</i></p>
	<p><b>f) MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DAS RUAS DOS MUNICÍPIOS/DISTRITOS ABRANGIDOS PELO PIM DA FASE 2</b></p> <p><i>Consultar as leis municipais que dispuseram sobre a mudança de denominação das ruas, no site da Câmara Municipal correspondente ou mediante consulta presencial, anexar a lei ao PDA, informando em ata.</i></p>
	<p><b>g) DIVERGÊNCIA DE NUMERAÇÃO DOS ENDEREÇOS – PROCESSOS PIM DA FASE 2</b></p> <p><i>Recomendamos que os processos da Fase 2 do PIM DA não sejam retidos caso o beneficiário apresente documentos de comprovação de residência com números de endereço divergentes, desde que informado em ata.</i></p>